

PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA E TRAJETÓRIA EDUCATIVA NO SERTÃO DO CEARÁ

Romilson Moreira da Costa
Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará

Tiago Bruno Areal Barra
Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará

Ana Flávia Oliveira Sales
Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará

RESUMO

A presente pesquisa tem como premissa dialogar sobre a reconstrução (auto) biográfica e a trajetória educativa, de professores em espaços não formais de ensino, tendo como protagonista dessa investigação a figura de Joana Paula de Moraes (XAVIER, 2014), considerada a primeira educadora leiga em espaços não formais de ensino do estado do Ceará. O lócus de sua prática educativa se deu na localidade de Guanáces (antiga Bananeiras), município de Cascavel/Ce. Seu processo de construção de uma educação popular no sertão, deu origem à prática não formal de ensino por parte de outros tantos educadores que a sucederam. Como processo metodológico, trata-se de uma pesquisa qualitativa, que busca informações acerca do objeto estudado, levando em consideração diversos fatores para a construção coesa da investigação (FLICK, 2009; GODOY, 1995). Como auxílio na fundamentação teórica têm-se a análise bibliográfica, como movimento de busca por referenciais, trazendo algumas informações acerca da vida de Joana, buscando levar em consideração as dificuldades apresentadas no contexto social da época, contando também com o uso da análise (auto)biográfica (DELORY-MOMBERGUER, 2008; FERRARROTTI, 1996) para conceber o processo distinto entre o visto e o vivido pelo sujeito da pesquisa. Como resultados, conclui-se que a educadora Joana Paula contribuiu de maneira significativa para a construção de uma educação verdadeiramente popular (BRANDÃO, 1983; FREIRE, 1983), pautada em iniciativas de construção dos sujeitos enquanto responsáveis pelo seu processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-Chave: (Auto)Biografia, Educação, História.

INTRODUÇÃO

O processo de conhecimento de si na sociedade contemporânea perpassa por questões referentes a maneira como o sujeito se percebe em sociedade, como também, pela sua visão sobre como essa sociedade se relaciona em torno do visto e do vivido.

A concepção individualista atual que exacerba nas relações mundanas, é fruto da construção de um modo de viver completamente individualizado diante do que se pode ser feito para transformar de maneira positiva o modo de pensar das pessoas, como, conseqüentemente, individualista, pois essa construção de pensar o outro esbarra no modo como nos percebemos em relação ao mundo que nos rodeia. Delory-Momberger (2008, p. 71) explana sobre a questão individualista que forma a sociedade contemporânea como está posta:

O individualismo é, assim, uma produção da evolução social. Isso não quer dizer que o indivíduo não existe nessas sociedades ou que seus membros sejam as réplicas exatas uns dos outros: há, com efeito, uma individualidade física, afetiva, mental, mas ela é vivida unicamente com relação ao lugar ocupado na coletividade.

Essa construção individualista sobre o outro, deriva da forma como a sociedade burguesa acabou por moldar o nosso modo de vida até os dias atuais, contribuindo para a dimensão de mundo o sujeito com a sociedade atual:

A sociedade burguesa, fundada sobre o capital e a transformação do mundo pelo capital, não se define somente pelas relações de produção e poder que ele instala, mas também por um conjunto de representações atinentes à relação do indivíduo com a sociedade e determinantes para uma estrutura particular de consciência de si. (DELORY-MOMBERGER, 2008, p. 50)

Com a evolução tecnológica da sociedade, a transformação do mundo não mudou apenas o modo como nos comunicamos, como também, na maneira como nos importamos menos com os sujeitos. Isso parece minimamente evidenciado com o aumento latente da violência exacerbada em todas as esferas da sociedade. Mesmo diante de um cenário aparentemente caótico, algumas iniciativas e práticas educativas evidenciam o quanto a educação pode ser fator importante na construção de modo de ser mais igualitário.

A intencionalidade dessa investigação tem como objetivo, evidenciar historicamente a prática educativa de Joana Paula de Moraes, no período de 1900 à 1963, educadora social, moradora da localidade de Bananeiras, no município de Cascavel, estado do Ceará, destacando-a em sua importância na educação popular e no seu vanguardismo na concepção de uma educação universal, em espaços não formais de ensino. A reconstrução da memória auxilia na busca por respostas em torno do vivido, como determina Saviani (2008, p. 151), “a memória se configura como faculdade específica e essencialmente humana quando se manifesta como memória histórica”.

A justificativa de tal investigação se dá no sentido de que houve uma ruptura radical de uma educação que não atendia a uma parcela esquecida da sociedade no início de 1900, ocorreu uma reconstrução do modo educativo operante na época. “A radicalização é sempre criadora, pela criticidade que a alimenta (...) libertadora porque, implicando no enraizamento que os homens fazem na opção que fizeram, os engaja cada vez mais no esforço de transformação da realidade concreta, objetiva” (FREIRE, 1983, p. 22). A educação popular, como delimitada na trajetória de Joana, trabalha no aspecto da construção de pontes de transformação em espaços onde o poder público não atendia com eficiência a cerca de cem anos atrás, e hoje, ainda continua por não atender em sua completude.

PROCESSO METODOLÓGICO

Na pesquisa qualitativa, busca-se informações acerca do objeto estudado, levando em consideração diversos fatores para a construção coesa da investigação. Godoy (1995) ressalta alguns pontos fundamentais para uma pesquisa ser considerada qualitativa entre eles são: (1) o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; (2) o caráter descritivo; (3) o significado que as pessoas dão a suas coisas e à sua vida como preocupação do investigador; (4) enfoque indutivo.

No decorrer desta pesquisa, o ambiente pesquisado apresentou-se de extrema importância, pois narra uma série de detalhes acerca da situação vivida na época, nessa premissa, o clima e a vegetação são fatores relevantes para descrever o aspecto ambiental da mesma. Ao narrar através de análise (auto)biográfica o percurso vivido por Joana Paula de Moraes, é imprescindível destacar o caráter descritivo que se faz presente, levando em consideração alguns relatos que foram coletados e lidos, assim descritos (GODOY, 1995).

Como análise bibliográfica, traz-se algumas informações acerca da vida de Joana, buscando levar em consideração as dificuldades apresentadas no contexto social da época, as condições em que a mesma vivia e a forma que ministrava sua vida como educadora popular (FLICK, 2009). Destacando na perspectiva bibliográfica a importância que Joana teve, e as consequências das ações da mesma para construção de um pensamento crítico pelos sujeitos da região pesquisada.

O processo de construção (auto) biográfica se dá na premissa da importância de construção de si, e esse sujeito não precisa ter nenhum determinismo valorizado pelas classes sociais dominantes, que historicamente são responsáveis por culturas, sujeitos e práticas sociais. O processo (auto) biográfico é vivo, “a biografia transforma-se frequentemente num relatório de acontecimentos, numa verdadeira ficha sociológica coisificadora” (FERRAROTTI, 2010, p. 42).

A pesquisa (auto) biográfica permite a construção qualitativa de pensamentos, ressignificando-as ações dos sujeitos mediatizando-as através de um pensamento crítico, tem “seu caráter formativo e emancipatório, baseado na reflexividade crítica” (OLINDA, 2011, p. 159). No âmbito educativo, “é representada, particularmente, pela corrente das histórias de vida, cujos dispositivos tem o intuito de esclarecer projetos pessoais e profissionais a partir da apropriação de uma história pessoal” (DELORY-MOMBERGER, 2008, p. 26).

Nesta pesquisa, a dimensão (auto)biográfica auxiliou de maneira plena na construção do percurso protagonista de Joana dentro do âmbito educativo, elucidando sobre as dimensões de importância em sua constante ação pedagógica no sertão.

ANÁLISE

As dificuldades enfrentadas no âmbito educacional na época, no ano de 1915, eram consideradas extremas. Encontrava-se dificuldades em construir espaços formais de educação em quase todas as grandes cidades do interior do estado do Ceará. A educação em sua concepção formal quase não se concebia, devido a precariedade das instalações.

As autoridades governamentais da época não priorizavam a educação, tornando assim o cenário educacional da época sucateado e sem receber o mínimo investimento necessário para ter uma educação de qualidade. Em um lugar onde a educação não seria “possível”, Joana Paula de Moraes provou o contrário. Com sua garra e força, mediante a tantas dificuldades políticas, financeiras e sociais, conseguiu alfabetizar dezenas de pessoas, no interior do Ceará, na época em que viveu, quando não existia interesse nenhum por educar aquelas pessoas por parte do governo. A mesma com toda motivação e amor conseguiu deixar seu legado naquela região (XAVIER, 2014).

Joana Paula de Moraes nasceu em uma família tradicional do sertão cearense, casando-se aos quinze anos, sendo parabenizada quando tornou-se esposa, após seu matrimônio, construindo seu completo núcleo familiar de quinze filhos, isso no início de 1900 (XAVIER, 2014). Dessa maneira, iniciou a sua concepção em relação à prática em educação popular:

Esta é a razão pela qual se pode pensar a educação popular como um trabalho coletivo e organizado do próprio povo, a que o educador é chamado a participar para contribuir, com o aporte de seu conhecimento “a serviço” de um trabalho político que atua especificamente no domínio do conhecimento popular. (BRANDÃO, 1983, p. 73)

Como aconteceu com Joana, onde a partir de seu conhecimento e suas experiências de vida naquela região, pode-se perceber nitidamente o grande papel da educação popular, que parte da premissa da necessidade do povo, de seus anseios e lutas vividas ao longo da história dos mesmos. Porém, é importante ressaltar que tal educação não se relaciona tão somente a adultos, criando um cenário de educação para as pessoas ao longo de sua trajetória não obtiveram oportunidade de ir à escola. Por isso,

A diferença está, em primeiro lugar, na origem de poder e no projeto político que se submete a agência, o programa e a prática de um tipo específico de educação dirigida às classes populares. Está, em segundo lugar, no modo como um modelo de trabalho de educador se pensa a si mesmo como um projeto de educação, no sentido mais pleno que estas palavras podem receber. (BRANDÃO, 1983, p. 63)

A prática de uma educação popular no contexto social da época fez eclodir um processo de busca pela ressignificação dos espaços, dos modos de vida dos sujeitos. Joana Paula fazia esse movimento de encontro a algo que o poder público não buscava verdadeiramente contribuir para que houvesse uma educação universal. As pessoas não eram contempladas por um sistema de direitos que lhes atendessem em sua completude, na verdade, na época de 1926 a 1942, não se pensava, como na contemporaneidade que pudesse existir tal tipo de iniciativa da esfera pública.

A professora Joana Paula chega para ensinar sem nenhum apoio do poder público, recurso material ou didático-pedagógico e desenvolve seu trabalho de ensino-aprendizagem a alunos totalmente analfabetos da leitura e da escrita em locais não formais de educação e sem as mínimas condições infraestruturais e higiene (XAVIER, 2014, 89).

O ato de educativo propiciado por Joana denotava o quanto a educação era fator de importância em sua rotina social. A prática educativa estava imbuída em sua militância social, mesmo numa determinada estrutura social onde os sujeitos eram esquecidos em espaços quase inabitáveis, como é o caso do sertão cearense. As dificuldades para se realizar minimamente um processo educativo elucidatório nos sujeitos eram imensas, como denota Xavier (2014, p. 106):

Abordando a educação no contexto local em epígrafe, as dificuldades eram bem intensas. No caso investigado não se tinham escolas e nem professores disponíveis pelo poder público. O fato é que, em espaços como esse, não existia a preocupação por parte do poder público com a educação nem das crianças, nem dos jovens e muito menos para os adultos e nos locais onde existiam algum tipo de escola, os professores eram mal pagos e desassistidos por completo, sem nenhuma condição de recursos materiais e didático-pedagógicos.

O percurso de evolução de uma educação verdadeiramente pública e universal foi construído baseado por iniciativas como da protagonista desta investigação. A lógica do ato público responsável pela educação foi se perfazendo ao longo das décadas seguintes. Sendo que, a lógica pública da educação ainda persiste em se desfazer quando se reverbera sobre as características fundantes de uma educação universal. Seu caráter de acesso não supradita a questão da qualidade de seu ensino. A educação ainda passa por um processo de

transformação, quase ininterrupto, pois sua mobilidade perpassa as gerações, os grupos sociais que a modificam, ou, guiada por pessoas que a transformam qualitativamente, como é o caso de Joana Paula.

Mesmo que a iniciativa de Joana Paula seja fator revelador, não se pode conceber mudanças coletivas baseadas apenas em exemplos singulares, não deve ser ponto de partida, tão somente, a busca individual, deve-se partir também de um sistema social mais igualitário que permita que tais transformações ocorram baseadas na busca de uma modificação social coletiva, principalmente, se tal premissa vier de iniciativa pública:

Ao mesmo tempo que é necessária e legítima a ampliação de experiências autônomas e alternativas de uma educação popular realizada entre movimentos populares, movimentos sociais e agências civis de educadores participantes, é também importante a redefinição da educação pública de modo a que, à custa de lutas e conquistas ela venha a se transformar em uma educação oferecida, pelo poder do Estado (BRANDÃO, 1983, p.43).

A intervenção do Estado era mínima ou inexistente, fazendo com que Joana Paula se movesse em busca de uma efetivação da sua prática educativa. As condições de ensino, em relação ao que se tinha disponível na época, dava-se apenas pela questão da vontade de fazer dar certo. Os desafios eram muitos e o professor fazia também o papel do Estado para consumir o simples ato de lecionar:

Normalmente, esses ambientes escolares improvisados se davam nas chamadas Escola-Capela nas zonas rurais. Funcionavam em galpões-salões construídos pela família com auxílio da comunidade, em espaços cedidos pela Igreja Católica. Esses espaços serviam como residência para a professora e sua família. A professora, por sua vez, assumia todas as responsabilidades do poder público: ensino, preparo da merenda, asseio da escola, e, em troca, recebia um mísero salário das mãos do atravessador (XAVIER, 2014, p. 112).

Joana Paula transcendia as barreiras do óbvio, “uma professora leiga que, tentando sobreviver, abraçou a causa da educação, sobretudo a educação não formal, e passou a preencher as lacunas do poder público ensinando e aprendendo” (XAVIER, 2014, p. 227). Paralela a sua prática a educação já dava indícios de que não bastava iniciativas tão subjetivas quanto as de Joana Paula para os caminhos em busca de um norte maior em torno da educação de base qualitativa fossem traçados, como determina Brandão (1983, p. 50):

A luta pela escola pública, as sucessivas campanhas pela erradicação do analfabetismo e as experiências de educação de classe entre operários são repertórios de ideias, de propostas e de práticas originadas e conduzidas por movimentos de

educação, ou então por setores de movimentos sociais e/ou políticos dedicados à educação, durante as três primeiras décadas deste século.

A intencionalidade da prática educativa, tida como de educação popular construída por Joana Paula, mesmo em sua dimensão leiga a coloca como cerne no processo de construção de uma escola de qualidade no sertão desleal cearense. Uma prática que não se tornou apática diante das incertezas de uma sociedade completamente desigual em sua essência formativa. Foi uma prática social emancipatória no sentido que sua existência se deu pela força de uma educadora, mesmo em sua atitude, de certa forma, leiga, ciente de seu papel como transformadora social da realidade imposta.

CONCLUSÃO

A sociedade civil organizada nos movimentos sociais luta para que os quadros de violência contra a infância e a adolescência seja alterado. Em diversas ações ao longo das últimas décadas, buscou-se em nível nacional e internacional, para estabelecer diversos tipos de educação que atendesse aos anseios da sociedade na qual se faz pertencente.

Com a constante evolução de pensamento da sociedade, é comum que as diversas teorias elevem seu pensamento em relação à representação do que se pensa sobre a educação na atualidade e seu conjunto de peculiaridades. A realidade do quadro educacional na contemporaneidade é diferente de algumas décadas atrás, pois profundas transformações socioeconômicas e diversas mudanças na estrutura familiar, influenciaram na vida e nas escolhas cotidianas dos sujeitos em sociedade.

O Estado tem papel fundamental no acompanhamento dessa nova forma de viver em sociedade, sendo capaz de subsidiar alternativas para que a juventude possa lidar com esse conjunto de mudanças. Porém, a máquina pública não consegue alcançar todos os sujeitos que precisam de seu atendimento, deixando uma grande parcela da juventude à margem de seus cuidados, cabendo a iniciativas de determinados grupos sociais, criarem alternativas para a sua própria subexistência social.

Principalmente nas classes populares, um fato que pode ser observado comumente, é a situação dos sujeitos que são arrancados precocemente da sua condição humana, sendo levados a tal ponto pela premissa de sua própria sobrevivência, fato não incomum nas vivências no sertão vividas por Joana Paula. Em especial, as crianças, nessas condições, acabam contribuindo para o crescimento do abandono escolar e, conseqüentemente, são

levadas à obrigação social de contribuir com a renda familiar, forçando-as a serem jovens e mesmo adultas, precocemente (DAYRELL, 2003).

Com tal condição, a prática educativa de Joana Paula transcendeu as concepções existentes de educação num determinado período social onde a escola pública, como se concebe hoje, ainda estava em processo de idealização em sua raiz conceitual. Havia pequenas iniciativas, como as de Joana Paula, no meio do sertão. Mas, nada de grande porte como se estabelece na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação Popular. São Paulo: Editora Braziliense, 1985.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Biografia e Educação: figuras do indivíduo-projeto. São Paulo: Paulus, 2008. 147p.

FERRAROTTI, Franco. Sobre a Autonomia do Método (Auto) Biográfico. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. 304p.

FLICK, Uwe. Introdução a Pesquisa Qualitativa. 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405p.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GODOY, Arilda S., Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades, In revista de administração de empresas, v.35, n.2, Mar./ Abr. 1995 a, p. 57-63.

OLINDA, Ercília Maria Braga de. As contribuições de Paulo Freire para uma abordagem biográfica de pesquisa e de formação. In: VASCONCELOS, Gerardo e SANTANA, José Rogério (orgs.). O Pensamento pedagógico hoje. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas do Brasil. Campinas: Autores Associados, 2011.

XAVIER, Roberto Antonio. Joana Paula de Moraes (1900-1963): História, Memória e Trajetórias Educativas. Fortaleza: IMPRECE, 2014.